

O marxismo (ou o “marxismo”) no curso de mestrado em história da Universidade Federal Fluminense (1974-1978)

Wesley Rodrigues de Carvalho (doutorando em História pela UFF/ bolsista CAPES)

Resumo: O principal objetivo deste trabalho é fazer um levantamento sobre a presença de perspectivas marxistas em dissertações defendidas no curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) entre 1974 e 1978. Serão considerados conceitos, autores e temas trabalhados pelos mestrandos. Também, procuraremos brevemente entender essas dissertações relacionando-as a outras produções historiográficas e considerando aspectos do curso de mestrado e da política universitária da ditadura.

Palavras-chave: historiografia, história do marxismo, pós-graduação, intelectuais

Marxism (or “marxism”) in the History postgraduate program of Universidade Federal Fluminense (1974-1978)

Abstract: This paper studies marxists perspectives in the dissertations produced in the History postgraduate program of Universidade Federal Fluminense (1974-1978), observing the presence of concepts, authors and themes. It understands these dissertations in relation to other historiographical works and also in relation to university policies and the postgraduate course as a context of their production.

Key-words: Historiography, History of marxism; intellectuals

1.Introdução

Um dos primeiros problemas que nos se coloca é o da definição de marxismo. Seria possível enfatizar elementos diversos. Estaria o marxismo caracterizado centralmente por alguma noção de luta de classes ou apenas pelo método histórico e dialético? O problema não se encerraria nesta pergunta e pode se vislumbrar uma outra dificuldade quando lembramos de profundas divergências entre aqueles que se referenciam em Marx. No debate contemporâneo, por exemplo, pode-se citar pensadores que entendem que o cerne da reflexão do alemão repousa na sua análise sobre o fetichismo, desvalorizando assim a noção de luta de classes e por aí definindo o marxismo¹. Para citar algo que envolve dois dos mais influentes marxistas do século

1 Para um balanço crítico dessa discussão, ver **Mattos, Marcelo Badaró**. “Trabalho, classe trabalhadora e o debate sobre o sujeito histórico, ontem e hoje” IN: NEVES, Renake B. D. (org.)

XX, temos o trabalho de E. P. Thompson contra Louis Althusser² em que o inglês faz uma crítica radical que chega a por em xeque a própria identificação do filósofo francês como marxista.

Entretanto, nós podemos contornar estes problemas em grande parte. Para os fins do nosso trabalho, nos é suficiente localizar em nossas fontes a presença de conceitos e autores identificados tradicionalmente como marxistas, independentemente de que juízos se possa fazer sobre eles e das diferenças teóricas dentro dos que se entendem ou são entendidos como marxistas. Assim, qualquer menção a, por exemplo, “modo de produção” seria contabilizada por nós como marxista, bem como alguma citação de Mao Tse Tung (que, muito felizmente, não ocorreu). Em adição a isso, estaremos atentos também às dissertações que envolvem uma noção de dominação, exploração, resistência e luta classistas, ainda que não trabalhem com o termo “luta de classes” de forma explícita, ou não envolvam conceitos ou autores identificados com o marxismo. Aqui assumimos que a utilização de algum conceito marxista não necessariamente faz a análise ser marcada por alguma ideia de conflito social, assim como uma análise que supõe conflito não necessariamente se apoia em conceito marxista, leitura dialética ou materialista. A nossa opção se justifica pelo significado político de tais trabalhos em um momento em que referências marxistas e ideias de luta ou de denúncia de exploração e domínio eram especialmente vigiados e punidos. Por isso também não é nosso objetivo apreciar, embora ocasionalmente o façamos, os pormenores das argumentações das dissertações, sua originalidade ou sua qualidade: por exemplo, se suas hipóteses conseguem se fundamentar ou se é correta a interpretação que fazem de algum conceito ou autor.

Trabalharemos com as 32 primeiras dissertações a serem defendidas no programa. O número se justifica por ser o tanto até o momento analisado em nossa pesquisa, sendo este artigo resultado parcial de estudo mais abrangente sobre o curso de Mestrado em História na década de 1970. A nossa exposição divide as dissertações em 3 grupos, história cultural, história econômica e história política.

Das 32 dissertações que analisamos, em 14 delas encontramos as perspectivas ou referências que procurávamos. Mas não devemos nos ater a uma conclusão numérica de que quase metade das dissertações é marxista ou tem proximidade com o marxismo.

Trabalho, estranhamento e emancipação, Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

2 **Thompson, E. P.** *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Edição de Cap. Swing e os Ludistas Sensuais, 2009 (copyleft).

Apenas um olhar mais detido e extenso pode nos dar maior clareza da presença desses elementos, os quais aparecem nas dissertações com tônicas e problemáticas muito diversas. E se algumas com suas referências marxistas (ou “marxistas”) constroem um quadro coeso na interpretação, outras as terão em menções marginais, sem efetiva relação com o conteúdo empírico e com o sentido geral do trabalho. Vejamos.

2. Dissertações

História cultural

Foram 3/32 as dissertações que trabalharam com temas culturais e em todas elas encontramos referências marxistas.

A primeira que destacamos é “*A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*”³ (12m⁴), de Marinete dos Santos Silva, que aborda educação como ideologia no período do Estado Novo. Seu objetivo é investigar até que ponto a emergência de um regime autoritário trouxe modificações para o campo da educação e quais seria suas “diretrizes ideológicas”. Por fim, pretende verificar se as “elites educadoras” compartilhavam dos ideais educativos da ditadura ou se possuíam alguma visão crítica. A autora entende, baseada em Althusser, que a educação é um aparelho ideológico de estado. Isso significa levar em conta diferentes “níveis de realidade”: a estrutura econômica, sócio-política e ideológica de uma formação social historicamente determinada. Significa também considerar que a escola tem um papel na reprodução das relações de produção, preparando os indivíduos para ocupar determinada função na divisão social do trabalho e inculcando neles a sujeição à ideologia dominante: “*Na sociedade de classes não existe, portanto, educação neutra ou isenta. Os valores por ela transmitidos às gerações mais novas são sempre valores da classe dominante. Sua orientação está, em última análise, em consonância com as necessidades da classe que ocupa o poder e que se faz representar pelo Estado.*”⁵ A autora afirma que em 1942 o Estado Novo pode concretizar sua ideologia educacional, tentando colocar em ação mecanismos que garantissem a divulgação e a solidificação dos valores do Estado

3 **Silva, Marinete dos Santos.** *A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976.

4 Para fazer uma fácil referência às dissertações, as identificamos com um número que remete à ordem em que foram defendidas. Para a lista dos trabalhos, utilizamos o seguinte catálogo: **Universidade Federal Fluminense.** *Programa de Pós-Graduação em História. Catálogo de Teses e Dissertações, 1974-1995/Vânia Leite Fróes, coordenação geral.* Niterói: UFF; Brasília: CNPQ, 1996

5 p.2

autoritário no seio das classes populares⁶. Para a autora, essa ênfase no ensino industrial beneficiava a burguesia, e não a classe trabalhadora, já que esse tipo de ensino a perpetuava em uma posição subordinada.⁷ Sobre os educadores de forma geral, diz: “*O fato de que a maior parte dos educadores brasileiros desconhecia os limites do poder da educação formal e, ao mesmo tempo, a sua implicação e subordinação à estrutura sócio-econômica e política, levou a que inconscientemente servisse a propósitos totalmente descabidos*”⁸.

A segunda dissertação de tema cultural é “*O índio na literatura peruana: José Maria Arguedas*”⁹ (27m), de Stela Maria Damiani, que aborda vários literatos peruanos, em especial José Maria Arguedas, um socialista de influência marxista. É um estudo do marxismo peruano e, sob a ótica do conflito classista, da história peruana. Damiani dá grande destaque a José Carlos Mariategui, escritor da geração dos anos 20 do século passado. Aqui, apresenta principalmente os argumentos expostos no livro “*Sete ensaios sobre a realidade peruana*”, que tem a ênfase de que a raiz do problema indígena era econômico (a terra)¹⁰ e contribui para se ver a figura do índio “*de forma mais real*”.¹¹ Quando trabalha seu objeto principal, José Manuel Arguedas, a autora considera que este escreve em um momento em que a vida cultural peruana estaria muito influenciada pelo marxismo. Também este intelectual via como centro do problema a terra e sua a posse¹². Em sua obra literária, também o autor apostaria na organização coletiva indígena, apontando que um problema para tal era a falta de conscientização dos problemas. Damiani mostra a leitura que Arguedas tem do comunismo apresentada na novela “*El sexto*” que narra a vida numa prisão onde há presos políticos. Para Arguedas, os comunistas seriam mais firmes, serenos e determinados em sua oposição ao governo do que outros grupos.¹³ Em “*Todas las sangres*”, vê-se a opressão indígena sofrida no campo e na cidade. Nesse romance, Arguedas dá relevo à atuação do capital estrangeiro no Peru e como este causa impacto na vida do índio, ressaltando também a questão da posse da terra. Em “*Todas las sangres*”, como em outros escritos de Arguedas, há a temática de índios que, em contato com ideias de esquerda, ganham

6 p. 27

7 p. 32

8 p. 39

9 **Damiani, Stela Maria.** *O índio na literatura peruana de José Miguel Arguedas.* Dissertação de Mestrado. UFF, 1978.

10 p. 36

11 p. 41

12 p. 56

13 p. 60

consciência de seus problemas e tentam se articular coletivamente¹⁴.

A autora por fim destaca em um tópico o que Arguedas considera como solução dos problemas indígenas em sua literatura, onde um dos principais seria os índios agindo como um todo. Destaca também que Arguedas, no final de sua vida renega o “comunismo internacional” (não estando claro o que isso significa) e o “capitalismo estrangeiro”, apostando que “*os conflitos poderiam ser resolvidos através de um modelo de socialismo inteiramente voltado para as potencialidades nacionais*”¹⁵ Esse socialismo não seria o mesmo que haveria tido na sociedade incaica, mas um adaptado à economia moderna.

A terceira dissertação sobre um aspecto da cultura é a de Heliosa Fesch Menandro, “*A ideia de nação e o pensamento nacionalista na imprensa da Corte 1840-1860*”¹⁶ (32m). A autora procura em vários jornais as expressões de nacionalismo no século XIX, entendendo que essas expressões tem conexões classistas: “*As estruturas econômico-sociais dão a essência dos conteúdos ideológicos*”. A classe dominante fundiária expressa seu nacionalismo, por exemplo, com a xenofobia anti-inglesa já que este país combatia o tráfico de escravos e assim afetava seu poder político e econômico. Seu nacionalismo era cioso de resguardar sua posição política adquirida no processo de independência. Um outro nacionalismo, de “*camadas não privilegiadas*”, ou de classe média, era orientado para maior igualdade social, e procurava garantir a representação e a participação dos integrantes da nação. Podia se manifestar também de forma xenófoba (ou “*defensiva*”, como prefere a autora) quando, por exemplo, trabalhadores discriminavam estrangeiros pobres recém-chegados que lhes eram concorrentes.

Em momento em que sistematiza suas premissas sobre o que é a nação, assim coloca: “*Assim como nos contextos capitalistas, as nações [de economia periférica] são formadas por várias classes sociais lideradas pela burguesia (...) A unidade nacional é justamente essa coalizão de classes, que embora artificial, vê sua unidade na ideia de nação.*” E trata-se de uma coalizão de classes “*sob a égide de um Estado instituído por uma delas – que lhe dá o conteúdo*”¹⁷. Note-se que ao sistematizar seu conceito de nação neste trecho, a autora não inclui propriamente o que expomos no parágrafo acima (que classes diferentes tem expressões de nacionalismo diferentes) – não ficando claro

14 p. 77

15 p. 80.

16 **Menandro, Heloisa Fesch.** *A ideia de nação e o pensamento nacionalista na imprensa da Corte 1840-1860.* Dissertação de Mestrado. UFF, 1978.

17 p. 52-3

como a ideia de nação de classes não dominantes se relaciona com a efetiva constituição histórica da nação. De qualquer forma, fica claro que a autora tem uma percepção de que “nação” e “nacionalismo” tem significados classistas.

Em momento da dissertação em que apresenta os conceitos de nação de vários autores, 32m vai “mencionar” leituras marxistas de Marx, Engles, Lenin, Stálin e Emmanuel Terray. A apresentação das ideias dos 4 primeiros autores é baseada no livro de Julio Busquets, ou seja, 32m não teve contato direto com os autores que nem constam em sua bibliografia. A breve exposição desses 4 autores também não é avaliada criticamente pela autora. Em relação às ideias do marxista Emmanuel Terray (do artigo “*O conceito de nação e as transformações do capitalismo*”), não é evidente se é seu conceito de nação que autora entende estar adotando ou que juízo faz dele. Mas vê-se que é próximo àquele com que trabalha. Terray se afasta de uma concepção essencialista de nação, considerando-a historicamente como um conglomerado de classes¹⁸.

História econômica

As dissertações de História econômica são 12/32. Dessas, apenas 4 se enquadram naquilo que procuramos.

A dissertação de História econômica que mais trabalha conceitos e problemáticas marxistas é “*Atividades capitalistas em sociedade escravista. Estudo de um caso: A Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II de 1855 a 1865.*”¹⁹ (11m), de Almir Chaiban El-Kareh. Trata-se de um profundo mergulho na dinâmica interna de uma empresa no século XIX, explorando com densidade de informação os variados aspectos econômicos, técnicos e políticos da entidade, ao mesmo tempo que reflete teoricamente sobre o funcionamento de empresas capitalistas em uma sociedade escravista. O autor se percebe trabalhando uma temática original uma vez que “*muito pouco se produziu sobre a estrutura econômico-social do 2º Reinado. Os estudos existentes – alguns muito bons – se referem mais que nada à estrutura escravista de produção. Era natural que as demais formas de produção – todas secundárias – tivessem sido relegadas.*”²⁰ 11m entende que só é possível entender a formação econômica e social escravista em sua relação com o modo de produção capitalista. Essa

18 p. 28-32

19 **El-Kareh, Almir Chaiban.** “*Atividades capitalistas em sociedade escravista. Estudo de um caso: A Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II de 1855 a 1865.*”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1976.

20 p 1-2.

relação tem duas facetas: por um lado, ela estava subordinada ao capitalismo mundial; e por outro, e por consequência, e este é o assunto principal de Krehl, ela desenvolvia o capitalismo brasileiro o subordinando. Ou seja, existia uma “*subordinação formal*” da produção escravista ao capital industrial que resultou no surgimento de empresas capitalistas no interior da “*formação social e econômica*” do escravismo²¹: Para Krehl o escravismo subordinado ao capitalismo mundial deve, até por uma questão de sobrevivência como senhor de escravos²², reagir progressivamente modernizando sua infraestrutura e assim promovendo um capitalismo brasileiro subordinado seu²³. Conclui o autor que no interior do Brasil, “*fora não só possível a união entre os modos de produção escravista e capitalista, como também a subordinação deste àquele*”, não havendo entre eles incompatibilidade profunda²⁴.

11m também envolverá em sua análise o Estado brasileiro, o agente principal da organização da Companhia da Estrada de Ferro e que se tornaria seu proprietário em 1865 (quando se encerra o recorte do autor). O Estado se envolve com o empreendimento tanto para não perder o controle sobre o conjunto das atividades econômicas quanto para viabilizá-lo diante da debilidade orçamentária²⁵. Sendo fundamentalmente uma expressão da classe escravocrata, “*aos poucos, o Estado escravista se transformava em empresário capitalista.*”²⁶ “*A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II foi, por isso mesmo, por mim chamada “filha branca de mãe preta.”*”²⁷. É uma “*empresa capitalista de um Estado escravista. Estado escravista empresário capitalista.*”²⁸ Em sua detalhada narrativa mostra como o Estado imperial vai aprendendo os negócios e se agigantando enquanto administrador capitalista, e ao final absorvendo a Companhia e se tornando o principal empresário, ao mesmo tempo em que marcado por ser um instrumento dos senhores escravistas do café. O autor não deixa, entretanto, de vislumbrar as contradições desse empreendimento:

“Construída a estrada e inaugurado o tráfego, as relações entre a Companhia e o governo se tornaram mais complicadas. Era difícil conciliar os interesses dela com o do público, pois o aumento dos seus lucros se chocava com a redução dos

21 p. 38

22 p.53

23 p.22

24 p. 149

25 p. 25

26 p. 36

27 p. 26

28 p. 137-8

fretes.(...) Não faltava quem gritasse: “baixai a tarifa: para que vos serve a garantia de juros, senão para beneficiar a lavoura e o comércio? As estradas de ferro não são especulações mercantis, mas estabelecimentos nacionais.” Era o grito dos fazendeiros que expressava em parte sua frustração. O Estado ficava dividido entre seus interesses próprios, de garantidor dos lucros da Companhia até 7%, querendo se ver livre deste fardo o mais rapidamente possível, e os interesses da agricultura, que ele mesmo representava.”²⁹

Os principais conceitos mencionados por 11m são os de “*subordinação formal do trabalho ao capital*”, de Karl Marx; “*modo de produção colonial escravista*” (formulado por Ciro Cardoso) e “*formação econômica e social*” (empregado por Roger Bartra). Para fins laterais, falará também de mais-valia absoluta e relativa³⁰.

O segundo estudo que trazemos é o de Marieta Ferreira, “*A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*”³¹ (18m). Os comissários, cujas funções mudavam com o tempo, eram responsáveis por empréstimos aos produtores e atuavam também organizando vendas e intermediando a relação com exportadores estrangeiros³², chegando inclusive a exercer tutela econômica sobre os fazendeiros³³. O trabalho com fontes de 18m foi extenso, com grande dedicação a vários aspectos específicos da prática comissária. Nos dois primeiros capítulos estuda a questão do crédito agrícola. No terceiro, nos fala da crise da economia escravista cafeeira (que, em suma, significa “*a incapacidade do escravismo de adequar-se à racionalidade da empresa capitalista de produção...*”³⁴), para, em seguida, refletir sobre suas consequências junto aos comissários. No capítulo seguinte, fala de associações políticas dos comissários. E no último, sobre a crise dos comissários decorrente da penetração de firmas exportadoras estrangeiras.

18m faz considerações sobre a relação entre escravismo e capitalismo. Trata-se da mesma problemática abordada por 11m, que apesar de não encontrar em 18m o mesmo investimento de discussão, aparece recorrentemente ao longo do texto. Ferreira coloca, com base em Dobb e em livro organizado por Laclau, que um modo de produção deve ser determinado a partir da esfera da produção, e não da circulação, e

29 p. 146

30 p. 2 e p. 18-20.

31 **Ferreira, Marieta de Moraes.** *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro.* Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.

32 p. 1

33 p. 53

34 p. 50

que por isso não houve no Brasil o modo de produção capitalista naquele momento³⁵. E que a predominância do capital comercial (algo não definido no texto, mas que remete a emprestadores ou investidores) não provoca alterações nas relações de produção (que são escravistas)³⁶, ou seja, que a participação comercial na esfera produtiva através do comissário (ou seja, o empréstimo a cafeicultores) não significa a subordinação formal do trabalho ao capital, já que o comissário não possuía uma prática revolucionária que fizesse dele um representante da nova ordem capitalista³⁷, devendo a prática comissária ser entendida à luz do estado limitado do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil³⁸. Mencione-se também que Ferreira entende a relação dos comissários (eles próprios cafeicultores) com outros cafeicultores como de exploração³⁹. Coloca ainda o sentido monopolista que o capitalismo internacional vivia naquele momento⁴⁰, e que a exportação de capitais de países capitalistas avançados para países atrasados marcava uma nova relação de subordinação entre esses países⁴¹. Entre as referências da autora para esses temas estão Sérgio Silva, Maurice Dobb, Ciro Cardoso, João Manoel Cardoso de Mello, Karl Marx, Paul Sweezy e Francisco Falcon.

A terceira dissertação de História econômica que trazemos é a de Luiza Maria Magalhães Saraiva: “*O petróleo venezuelano na época de Juan Vicente Gómez 1908/1935*”⁴² (19m). Seu recorte justifica-se pelo período do governo ditatorial de Gómez e parte da compreensão de que o petróleo é fundamental para entender as dimensões política e econômica da Venezuela. Em seu trabalho, a história econômica está profundamente ligada à história política do país. Trata-se de um trabalho com muita informação, onde as fontes, largamente expostas no texto, são mormente extraídas de outros estudos.

Nesta dissertação, Saraiva critica a submissão do petróleo venezuelano às forças imperialistas, a dependência da economia a um único produto, o fato de o povo e o congresso estarem completamente afastados de tudo que se relacionasse diretamente com o petróleo, etc..⁴³ É principalmente em seu último capítulo que observa os

35 p. 8

36 p. 8

37 p. 55

38 p.110

39 p.45

40 p. 95

41 p. 111

42 Saraiva, Luiza Maria Magalhães. *O petróleo venezuelano na época de Juan Vicente Gómez 1908/1935*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1977.

43 p.59, 64-5

investimentos estrangeiros, os entendendo como penetração imperialista. Faz associação entre imperialismo, capitalismo monopolista e exploração de matérias-primas em países subdesenvolvidos. Usa algumas fontes diplomáticas e de contratos com empresas para defender a tese de que Gómez atendia aos interesses de empresas dos EUA e da Inglaterra, se equilibrando entre os “dois imperialismos”⁴⁴.

Saindo da esfera da análise econômica, pode-se também vislumbrar a perspectiva política da autora. É notável que 19m faça vários juízos políticos sobre a situação histórica que aborda e, em especial, sobre Gómez. Critica a censura, a repressão, a ausência de eleições, a subserviência do congresso, a espionagem e se sai com frases como “*Se o povo estivesse satisfeito não teria havido movimentos armados, visando derrubá-lo do poder*”⁴⁵ e “*Daí muitos terem preferido emigrar ou morrer, a terem o “privilégio” de poderem gozar de tal paz*”.⁴⁶ Por várias vezes, 19m faz referências a analistas (geralmente não citados) que são defensores de Gómez, e os procura rebater com argumentos: aos que colocam que Gómez criou paz na Venezuela, a autora relembra episódios de repressão; aos que apontam que seu governo criou muitas rodovias, 19m ressalta que foram caras e só beneficiaram poucas áreas do país⁴⁷; etc..

Por último, temos “*Argentina: economia e sociedade (1890/1922)*”⁴⁸ (25m), de Adilson Pinto Monteiro. Aqui aparecem ao longo do texto termos comuns ao marxismo como capital constante e variável, aparelho ideológico de estado, acumulação primitiva de capital, mas sem estes apresentar maiores significados na análise. Sua abordagem da dinâmica econômica da Argentina é apresentada em termos gerais e tem como principal mensagem que ela se desenvolveu bem apesar da dependência do comércio externo⁴⁹. Seu estudo ressalta implicações políticas com observações sobre classes sociais, como, por exemplo, a afirmação de que com a introdução de relações de produção capitalistas tem-se a formação do proletariado e das burguesias nacional e estrangeira articuladas com suas soberanias jurídico-política e ideológica⁵⁰. Baseia-se sobretudo em fontes secundárias.

Ao lado da análise da economia argentina, 25m dedica metade de seu estudo ao proletariado daquele país. Inclusive, em sua introdução, entende-se como “história do

44 p. 120-1.

45 p. 138

46 Idem

47 p. 139-0.

48 **Monteiro, Adilson Pinto.** “*Argentina: economia e sociedade (1890/1922)*”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978.

49 p. 81

50 p. 41

trabalho”, tendência historiográfica que só recentemente estaria sendo estudada na universidade (apesar da pequena produção na América Latina e no Brasil). Na realidade, apenas a segunda metade do seu trabalho poderia assim ser atendida, já que a primeira se dedica à economia. Muito embora classificado aqui por nós como “história econômica”, 25m tem claramente duas faces independentes e bem delineadas, uma política e outra econômica.

A metade dedicada à política se chama “*Formação social*”. Também é baseado em fontes secundárias, fazendo um grande uso de longas citações de autores. A primeira parte, “grêmios e artesãos” nos traz afirmações como a de que no século XIX o trabalhador era tratado como propriedade do patrão, que no momento pré-capitalista havia a dependência e a servidão, etc., e vai intercalando isso com observações sobre estrutura econômica. Na parte sobre a elite, temos dados demográficos, de indústria, de investimento estrangeiro, e também de estrutura socioeconômica. Na parte sobre operariado, informações sobre índios, imigrantes, salários, desemprego, moradia, dentre outros elementos. A análise nos soa inconsistente, faltando umnexo forte entre as diversas informações trazidas ao longo do texto, algo que é comum a outras partes do trabalho.

O terceiro e bem curto (5 páginas) capítulo é “*Idéias políticas no movimento operário*”, que traz informações sobre influência do anarco-sindicalismo e do socialismo, o papel das associações mútuas, algumas posições dos sindicatos ao longo do tempo, etc.. 25m pretende enfatizar que havia forte politização entre o operariado argentino e conclui o capítulo lamentando alguns confrontos entre anarquistas e socialistas que prejudicaram a unificação. O capítulo seguinte, “*As organizações sindicais*”, cuja escrita é quase inteiramente baseada em um único livro, fala do aparecimento de grêmios, ligas, federações, influências de ideias socialistas, congressos e partidos, observando algumas reivindicações das entidades, estatutos, opiniões em jornais, a emergência de greves em certos períodos e alguns fatos relevantes da luta operária.

As fontes primárias trabalhadas ao longo de 25m são praticamente todas extraídas de bibliografia secundária carecendo a dissertação de qualquer nova contribuição empírica.

História política

As dissertações que identificamos como história política são 17/32. Dessas,

destacamos aqui 7.

A terceira dissertação a ser defendida no mestrado foi a de Rachel Sohiet, “*Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937)*”⁵¹ (3m), que conta a história da militância feminista desta personagem. Aqui, temos algo próximo de um discussão conceitual apenas na penúltima nota de rodapé, que fala sobre a conceituação de Juliet Mitchell, para quem, “*com base no conceitual de Superdeterminação de Luiz Althusser, condiciona a libertação da mulher à transformação das quatro estruturas em que ela está integrada: produção, reprodução, socialização, sexualidade.*”⁵². 3m faz uso também de algumas colocações de Engels e Simone de Beauvoir na introdução, onde associa a condição da sua mulher à sua classe social. Esta associação, entretanto, estará ausente de sua análise empírica.

A nona dissertação a ser defendida no programa foi “*O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado – 1930/1937)*”, de Berenice Cavalcante Brandão⁵³ (9m). A dissertação analisa como os integrantes do movimento se comportaram em relação às diferentes classes sociais⁵⁴. Procura definir como os teóricos católicos interpretaram aquela época e que tipo de influência tiveram. Também estuda a atuação da Igreja sobre operários, através do movimento leigo e suas organizações. Aqui, a igreja é vista como um ator político, que age para a manutenção do status quo e da ordem capitalista ao combater o comunismo. Ao estudar intelectuais católicos, Brandão mostra que combatiam aquilo que fazia oposição às oligarquias dominantes com a qual a cúpula eclesiástica estava ligada⁵⁵. Ao estudar o “circulismo”, que é a atuação do movimento católico leigo junto a operários, entende que este atende aos interesses da burguesia e de Vargas. A década de 1930 em que Brandão contextualiza seu objeto é abordada através da leitura classista de Boris Fausto e Edgar Carone.

Imprensa republicana antes do 15 de novembro (introdução ao estudo de suas formas e conteúdo ideológico)”⁵⁶ (10m) é a dissertação de Maria de Nazareth Capiberibe Azevedo. Estudando as ideias republicanas, podemos ver que Azevedo faz

51 SOHIET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1974.

52 Idem. p. 75

53 **Brandão, Berenice Cavalcante.** “*O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado – 1930/1937)*” Dissertação de Mestrado. UFF, 1975.

54 p. 4

55 p. 35

56 **Azevedo, Maria Nazareth Capiberibe.** *Imprensa republicana antes de 15 de novembro*. Dissertação de mestrado. UFF, 1976. 127p.

associação entre republicanismo e classe. Por exemplo, sobre quando analisa como a imprensa republicana tratava o tema do trabalho escravo (ou “trabalho servil”), entende que as divergências no interior do republicanismo refletem as diferenças de classes sociais que se expressavam nos periódicos. Concluirá que *“os setores ligados à classe rural avivam a sua resistência em vista da espoliação de que se declaram ou consideram vítimas; a classe média urbana ao contrário, faz da campanha pela abolição um elemento de erosão do poder da monarquia.”*⁵⁷ Na realidade, segundo colocação da autora, o republicanismo vai ser principalmente uma expressão da classe média urbana, apesar da presença da burguesia e de setores da *“classe rural”* sensibilizados pela necessidade de reformas⁵⁸.

Azevedo também se aproxima do marxismo quando quer *“mostrar as condições econômicas e políticas que geraram a ideia republicana e influíram para que ela ganhasse força.”*⁵⁹, onde articula os processos econômico, político e ideológico. Isto é realizado no subcapítulo *“Uma sociedade em mudança”*, onde Azevedo entende que todos os aspectos da *“modernização”* são incompatíveis com a Monarquia, tais como o aparecimento da burguesia e da classe média, novas exigências de mão-de-obra e de ensino, industrialização e urbanização:

*“Com os núcleos urbano-industriais, formados à base do trabalho assalariado e livre, com formas de produção mais modernas, convivem instituições anacrônicas, retrógradas, que não permitem a expansão das forças produtivas. Instituições como a vitaliciedade do Senado, a centralização do Governo, com seu imobilismo, são incompatíveis com o processo de evolução do Império. A monarquia, sustentáculo das soluções e dos mecanismos anacrônicos, está em crise irreversível.”*⁶⁰

Passando agora a *“A evolução política no Chile: seu significado (1879-1925)”*⁶¹ (15m), de Nair Klinger Kortchmar, temos que sua análise política observa as dinâmicas estatais e institucionais e as associa com classes sociais e transformações econômico-sociais e culturais passadas no país ao longo dos anos. Em seu estudo, traz o retrospecto histórico do predomínio da oligarquia conservadora e de sua união com a burguesia. Depois, verifica que o liberalismo expressou-se através do comprometimento

57 p. 117

58 p. 115

59 p. 1

60 p. 24-5

61 **Kortchmar, Nair Klinger.** *“A evolução política no Chile: seu significado (1879-1925)”*. Dissertação de Mestrado. UFF, 197

com o livre-cambismo⁶², e que essa filosofia econômica tem relação com influência do capitalismo inglês sobre o país⁶³. 15m também anota a existência de greves e reivindicações e do surgimento de uma legislação social⁶⁴. Ao final da dissertação, se dedica ao exame da constituição de 1925 notando que o poder da oligarquia foi diminuído pelo estabelecimento do sufrágio universal e da eleição direta para presidente; que ali tinham disposições que procuravam melhorar as condições de vida da classe assalariada⁶⁵; a separação entre Igreja e Estado, entre outros⁶⁶. A autora sublinha na conclusão que o governo de Alessandri (e a classe média que o compunha) não contestou os mecanismos fundamentais de poder da oligarquia e do imperialismo nem procurou produzir modificações infraestruturais⁶⁷ e apenas posteriormente a classe trabalhadora teria condições de maior poder político através de suas organizações⁶⁸. Na bibliografia, estão presentes ainda trabalhos de cunho teórico e ensaios como os de Maurice Dobb, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, Gunder Frank e Florestan Fernandes, mas a dissertação não se engaja em uma discussão ou exposição desses autores, limitando-se a alguma inserção de suas interpretações no texto. Também não há incursões teóricas ou conceituais, apesar desses referenciais.

“O processo de consolidação do Estado uruguaio (1830-1890)”⁶⁹ (21m), dissertação de Cleia Weyrauch, tem como principal objetivo mostrar que o regime militarista foi responsável pelo fortalecimento do poder central e pelo surgimento do Estado Nacional de fato. É um trabalho de história política que leva em conta não apenas elementos referentes ao Estado, mas também a dinâmica econômica uruguaia e a atuação classista de diferentes agentes ligados a certas atividades econômicas. O que nos interessa é a última parte do seu estudo, dedicada ao desenvolvimento do exército, observado como um canal através do qual novas classes fortes economicamente afirmaram seus projetos baseados no direito de propriedade privada e em uma política financeira favorável aos interesses do alto comércio e aliados ingleses: *“Na realidade, o exército nada mais foi do que um instrumento das classes favorecidas economicamente.”* Um dos resultados foi o desenvolvimento do capitalismo na região,

62 p. 14-8

63 p. 23

64 p. 87-91

65 p. 128

66 p. 132

67 p. 137

68 p. 138-9

69 **Weyrauch, Cleia Schiavo.** *O processo de consolidação do Estado uruguaio (1830-1890).* Dissertação de Mestrado. UFF, 1977.

principalmente no meio rural.

“*O problema indigenista peruano na primeira metade do século XX*” (26m), dissertação de Marilena Ramos Barbosa⁷⁰, nos apresenta uma história geral do Peru com ênfase na opressão contra os indígenas e em sua resistência, que vai do período incaico até o século XX. 26m é uma dissertação muito extensa abordando temas como relações de produção, estrutura socioeconômica e organização classista. No segundo capítulo, em que aborda a situação indígena no século XIX, entende que ela piora quando comparada a do período colonial (por exemplo, em função da diminuição de terras indígenas e do desrespeito a certas leis que os poupavam de impostos, etc..) No capítulo 3, a autora faz uma apresentação muito extensa de transformações socioeconômicas no país destacando temas como aumento do capital estrangeiro, propriedade fundiária e contratos de trabalho com indígenas, etc.. Aqui também traz as reações dos oprimidos à situação que viviam, em especial as sublevações, e a violência reacionária que se abatia sobre eles com massacres. Para a autora, a situação conflituosa levou à legislação que trazia alguns benefícios. As violações às leis, entretanto, foram frequentes e a violência prosseguiu⁷¹. O capítulo também traz informações sobre os primeiros “movimentos obreiros”, onde apresenta organizações de trabalhadores e suas reivindicações.

Por fim, chegamos ao trabalho de Lana Lage de Gama Lima, *A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão*⁷² (30m), que faz várias referências a Karl Marx. A autora se afasta do que considera duas tendências historiográficas sobre o negro: uma que o vê o negro como dócil e positiva sua escravização; e outra que romantiza a sua rebeldia lhe imputando heroísmo. O melhor seria abordar a rebeldia negra considerando as relações de produção, as condições conjunturais de manifestações rebeldes e a conscientização do negro sobre sua condição. Sua análise empírica se dedica à cidade de Campos que possuía muitos escravos e um forte movimento abolicionista, que será objeto de reflexão da autora. Em seu primeiro capítulo, Lima se dedica longamente a mostrar (através de legislação, castigos, formas de resistências, etc.) que a escravidão é uma relação de produção permeada pela violência, e que, com toda essa degradação sobre o escravo, este assume sua condição

70 **Barbosa, Marilena Ramos.** *O problema indigenista peruano na primeira metade do século XX.* Dissertação de Mestrado. UFF, 1978

71 p. 83

72 **Lima, Lana Lage da Gama.** *A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão.* Dissertação de Mestrado. UFF, 1978.

humana apenas ao rebelar-se⁷³. No seu segundo capítulo, pensa os limites da rebeldia escrava, que não toma uma forma revolucionária. Isso se dá pela dificuldade material do escravo para se rebelar (se organizar, se armar, etc.). Se dá também por dificuldades subjetivas, já que o escravo não atinge uma conscientização profunda do sistema em que está inserido, ora se entendendo como coisa do senhor, ora sofrendo dissimulação pelas íntimas relações patriarcais. Assim, por conta da incidência da ideologia branca dominante, existe um limite para a autoconscientização do negro e para o conhecimento do sistema em que está inserido⁷⁴. Esses limites de consciência e rebeldia guardam relação com a estrutura de produção brasileira: uma vez que o escravismo estava subordinado ao capitalismo, a relação senhor e escravo não era a contradição fundamental do regime de produção, ou seja, se liberto, o negro seria explorado pelo dono da capital (*“É preciso não esquecer que trabalhador livre significa fundamentalmente trabalhador despojado dos meios de produção”*⁷⁵) A revolta do escravo, portanto, é “parcial e imediatista”.

Haveria, entretanto, dois fatores que permitiriam ao negro ultrapassar limites da rebeldia. A primeira é a preservação da cultura africana, com a qual ele consegue se conceber como pessoa, adquirindo uma identidade que o permite se pensar fora do sistema escravista. Aqui, os malês e sua revolta são o exemplo. O segundo fator é que o negro consegue se aproveitar de conturbações sistêmicas que ocorrem no país: isso significa que em episódios como a independência, a revolta dos cabanos, a guerra do Paraguai, a guerra farroupilha, etc., a luta negra conseguiu maior amplitude política⁷⁶. O movimento abolicionista seria um desses momentos que “vai abrir para o negro rebelde um futuro diferente da simples marginalidade”⁷⁷, estabelecendo um novo horizonte.

A interação entre rebeldia negra e abolicionismo será tratada empiricamente pela autora com a cidade de Campos, no norte fluminense. No capítulo dedicado a Campos, relata episódios de luta, resistência e opressão (fugas, castigos, assassinatos, linchamentos etc.) e observa a relação entre escravocratas, a polícia e a justiça. Mas o principal de sua análise é o movimento abolicionista, através da figura de Carlos de Lacerda e do jornal Vinte e Cinco de Março. O estudo culmina com o argumento de que o abolicionismo impõe sérios limites à rebeldia negra porque, apesar de lutar contra a

73 p. 58

74 p. 66-8

75 p. 64

76 p. 74

77 p. 155

escravidão, não procurará modificar “o lugar ocupado pelo negro no processo produtivo”⁷⁸. Na verdade, através do exemplo do abolicionistas de Campos, mostra que se esperará que o negro se discipline enquanto mão de obra livre.

3. Três tendências principais

Com o exposto acima, identificamos 3 principais temas marxistas (ou próximos ao marxismo) de que tratam as dissertações. O primeiro deles podemos classificar genericamente como luta de classes. Ele aparece principalmente em **28m**, que estuda a violência sobre o negro, suas várias formas de rebeldia, sua consciência política, e sua condição desfavorável também no pós-abolicionismo; em **9m**, com seu estudo da atuação católica sobre os operários e sua ligação com a burguesia, Vargas e a defesa do capitalismo de uma forma geral; em **26m** e **27m**, que nos contam, a segunda através da abordagem de intelectuais peruanos, sobre a opressão e a resistência dos povos indígenas daquele país, abrangendo longo período e onde tem relevo a questão da posse da terra, reivindicações coletivas e sublevações; em **25m**, que mostra condições de trabalhadores, suas associações e ideias políticas e alguns episódios de sua luta; em **15m**, sobre o Chile, que anota a existência de greves, reivindicações e legislação social mas com pouca densidade, se dedicando mais a indicar uma maior expressão da classe média no Estado em detrimento do tradicional domínio oligárquico.

Parece-nos que o principal significado historiográfico dessas dissertações é o de tão somente valorizar o tema da opressão classista, do conflito social e da luta coletiva. O momento em que foram formuladas é um em que a “história do trabalho” não era um campo forte, principalmente se contarmos os historiadores. Em relação à história da classe operária, depois de ser marcada por “sínteses sociológicas” na década de 1960, é na segunda metade da década de 1970 que vai ganhar corpo no meio acadêmico. Para evidenciá-lo, o balanço historiográfico de Claudio Batalha cita 5 trabalhos. Entre os historiadores, o principal deles é “*Trabalho urbano e conflito social*” (1976), de Bóris Fausto. Mas é apenas na década de 1980 que o tema ganhará maior expressão no meio acadêmico de uma forma geral e também entre os historiadores: nesse sentido contribuiu a mobilização sindical a partir de 1978, a diminuição da vigilância e da repressão nos meios universitários e a influência dos trabalhos de Thompson e Hobsbawn e outros⁷⁹. As dissertações de Niterói supracitadas, ao mesmo tempo em que

78 p. 155

79 **Batalha, Claudio.** “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências” IN:

fazem parte do início de uma preocupação intelectual entre historiadores brasileiros, contribuem limitadamente à historiografia: voltadas em sua maioria para outros países da América, a maior parte desses trabalhos (15m, 25m, 26m, 27m) não traz contribuições empíricas relevantes (o que seria uma das principais marcas da historiografia que passou a se dedicar ao tema), nem procura fazer referências à situação brasileira. Também não contribui teórica, metodológica e conceitualmente para a discussão.

9m, por sua vez, apesar de ser um trabalho de qualidade, com amplo trabalho empírico e bastante referenciado em fontes secundárias, não aparece como uma das expressões da historiografia sobre classe operária, porque esta não é o principal tema de sua pesquisa, estando em sua análise principalmente como objeto da ação da Igreja. Para não deixar de mencionar 28m: ela é um exemplar de uma leitura sobre escravos que viria a ser criticada principalmente por Chalhoub⁸⁰ por desvalorizar o escravo enquanto sujeito, considerando suas expressões de consciência e luta como momentos excepcionais. No momento em que foi escrita, entretanto, faz, junto com as outras que citamos, parte da tendência de relevar a história da opressão e da luta dos oprimidos.

A segunda reflexão que destacamos é aquela que associa ideias a classes sociais. Aparece sobretudo em **12m**, que aborda educação como ideologia destacando seu papel para a reprodução das pessoas em certa relação de produção e sua sujeição à ideologia dominante (no caso, marcada pela ditadura do Estado Novo); em **32m**, para quem o nacionalismo tem conexões classistas, sendo assim expresso diferentemente pela camada dominante e pela camada não privilegiada de acordo com seus diferentes interesses sociais; e em **10m** (este um estudo de história política mais que história das ideias), quando entende que as divergências no interior do republicanismo refletem as diferenças de classes sociais que se expressavam nos periódicos, onde classe média urbana e proprietários rurais divergem sobre a abolição.

Não dispomos de um levantamento sólido sobre o estudo de história das ideias no Brasil. Parece-nos, entretanto, que esses estudos sobre ideias não foram comuns entre historiadores brasileiros do período (na UFF, são 3 do total de 32 que analisamos). Menos comum seria a abordagem que investisse conceitualmente para o entendimento dessas ideias como o fazem 12m e 32m. É notável que a problemática trabalhada por

Freitas, Marcos Cezar (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2001.

80 Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2011.

essa última encontra grande expressão no pensamento de Gramsci, que não lhe era conhecido.

A terceira reflexão é aquela sobre a relação entre o modo-de-produção escravista e o modo-de-produção capitalista. **11m** se dedica muito a essa reflexão contemplando que um Estado escravista tenha se engajado em um empreendimento capitalista de grande porte, resultando em que o escravismo, subordinado ao capitalismo internacional, desenvolvia um capitalismo brasileiro subordinado seu. **18m**, por sua vez, defenderá que um modo de produção deve ser determinado a partir da esfera da produção, e não da circulação, de onde se deve concluir que não houve no Brasil o modo de produção capitalista no momento que estuda⁸¹, ou, como dirá em outro momento, as relações capitalistas no Brasil se encontravam muito limitadas. Dessa forma, a prática comissária não poderia significar subordinação do escravismo ao capitalismo.

A temática dos modos de produção ocupou papel pequeno nas dissertações de economia do curso mas era importante no pensamento da esquerda brasileira. Em especial, a reflexão sobre a transição de um pré-capitalismo ao capitalismo foi uma das principais questões teóricas da esquerda entre 1950 e 1970. Era parte importante das elucubrações do PCB e tinha entres seus expoentes principais Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Ignácio Rangel e Celso Furtado (ainda que este não seja propriamente um marxista⁸²). Entretanto, as 2 dissertações que trouxemos não se referenciam nesses 4 autores, passando assim ao largo da discussão que havia na economia brasileira também porque não trabalhavam com a perspectiva de revolução socialista que fomentava em grande parte essas discussões.

4. O lugar do marxismo (ou do “marxismo) no curso de mestrado em história da UFF na década de 1970

Como podemos situar as 14 dissertações que destacamos em relação às demais? Saibamos primeiramente que é baixíssimo o volume de discussão conceitual, teórica ou metodológica nas dissertações de uma forma geral. Mesmo a discussão historiográfica que menciona autores e suas ideias não tem grande presença, estando por vezes completamente ausente. A maior parte dos estudos aborda o conteúdo empírico sem

81 p. 8

82 Ver **Mantega, Guido**. “Marxismo na economia brasileira” IN: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Editora da Unicamp, 2007.

refletir sobre seus procedimentos ou o conjunto de concepções pressupostas que sustentam a análise. As principais e quase únicas exceções são justamente os trabalhos que se apoiam em referenciais marxistas que levantamos. Afora estas, não há, portanto, volume de dissertações que se autodefinem ou se autotaxiãem a partir da referênciã a uma escola historiogrãfica, “paradigma” ou autores.

Em relaãõ ao sentido polítiã, mencionemos um grupo de 3 dissertações que expressa posiãões francamente conservadoras: temos o elogio, alãem de pessoal, dos empreendimentos polítiãos e econõmicos do Barõ de Mauá; e as justificaãões do ditador chileno Balmaceda e do autoritarismo do governo equatoriano de Garcia Moreno. As demais dissertações, algo como metade do total, nãõ explicitam posiãões polítiãas de seus autores. As que se dedicam a temas econõmicos estudam sistema de crãdito, incentivo à industrializaãõ, polítiãas de diversificaãõ agríãcola e de valorizaãõ do cafã, administraãõ de fazenda, desenvolvimento regional, etc., geralmente levando em conta a agãncia estatal. As de histõria polítiãa, abordam sobretudo a disputa de grupos polítiãos pelo Estado. Em sua grande maioria sãõ estudos que, se nãõ ressaltam a temãtica da opressãõ, do domíniõ e da exploraãõ, tampouco carregam uma negaçãõ desses sentidos.

Uma das poucas leituras sobre as dissertações produzidas no curso de mestrado em histõria da UFF na dãcada de 1970 foi feita pela historiadora Maria Corrãa. Segundo a autora, apenas no comeãõ da dãcada de 1980 o marxismo cederia terreno para outras perspectivas teõricas, sendo dominante na fase inicial do programa⁸³. Trata-se de uma consideraãõ que nãõ se sustenta segundo o exposto por nõs (ainda que nossa anãlise nãõ abranja toda a dãcada de 1970). O marxismo é expressivo, mas nãõ dominante no universo das 32 primeiras dissertações do programa. Uma contagem sobre a bibliografia das dissertações é outro indicativo disto⁸⁴. Karl Marx consta na bibliografia de apenas 3 dissertações. Assim tambãem Josã Mariatãgui, mas aparecendo principalmente como fonte secundãria para a histõria do Perã. Gramsci, Althusser, Lukãcs, Engels, e Luxemburgo constam em apenas 1. O mais influente historiador marxista, E.P. Thompson, nãõ consta em nenhuma dissertaçãõ. Outros marxistas, como Caio Prado Jr. (12) e Maurice Dobb (6), terãõ presenãa bibliogrãfica forte, mas nãõ como teõricos (a exceãõ é 18m para quem Prado Jr. contribuirã com discussãõ metodolõgica e Dobb

83 Correa p. 68-9

84 Aqui excluĩmos o caso de 32m que menciona alguns marxistas de forma indireta, sem constã-los na bibliografia.

com definição de modo-de-produção) e sim como fontes de informações. Esse levantamento quantitativo dos autores nos mostra mais uma vez o cuidado que temos ter com os dados. Se nos limitássemos a dizer o número de dissertações em que teóricos marxistas aparecem, o número excederia 10. Entretanto, como vimos pela nossa exposição, em bem poucas eles constam como base teórica e metodológica efetiva.

Como podemos entender a presença desses referências marxistas e temáticas considerando o próprio curso de mestrado como contexto de produção? Nossa pesquisa já identificou que é grande a influência do corpo docente sobre o conjunto das dissertações, principalmente no que diz respeito aos recortes cronológico e geográfico. É notável que aqueles presentes nas dissertações guardem relação proporcional com aqueles promovidos pelos docentes em suas disciplinas. E como esses docentes variavam, vê-se também variações nas dissertações: a principal evidência é que aumentando a oferta de disciplinas de História da América, aumentaram também as dissertações que lhe foram dedicadas. A importância dos docentes para os mestrandos também deve ser contemplada pelo fato da baixíssima tradição de pesquisa nos cursos de História brasileiros (com a exceção da USP). Ao ingressar no mestrado, os discentes, lidavam com coisas novas, como escrita, arquivos, fontes primárias e, pelo volume de disciplinas que cursavam durante 2 anos (de 8 a 10) podia-se dizer que se tratava de uma nova formação⁸⁵.

O que desejamos salientar é que o marxismo não era promovido pelos docentes do Mestrado, mas principalmente uma história de cunho empirista⁸⁶, o que teve repercussões sobre as dissertações. Aqui citamos principalmente Pedro Freire Ribeiro, numericamente no período o principal docente do curso, que se dedicava a uma história política tradicional com ênfase nos “grandes homens” de Estado e com uma perspectiva política francamente anti-democrática. Stanley Hilton, Richard Graham e outros estrangeiros que passaram por Niterói não tinham suas produções historiográficas marcadas pelo debate conceitual, muito menos o marxista. Há duas exceções a se mencionar: o sociólogo Pedro Demo, que trabalhava amplamente com autores marxistas, muito embora sem se considerar um “filiado”. Seus cursos, entretanto, não tiveram influência direta sobre o texto das dissertações. Apesar de Demo ter sido um

85 Entrevista de Almir El-Kareh ao autor. Fevereiro de 2015.

86 A promoção de uma historiografia “empirista” e tradicional é tema muito explorado por Francisco Falcon quando se refere ao curso de Mestrado em História na década de 1970. Ver por exemplo **Falcon Francisco**. “História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense” *História da historiografia*. n. 11. Ouro Preto, 2013.

dos docentes que mais contribuiu na oferta de disciplinas, sua área era a de metodologia e epistemologia, que eram reflexões que não fizeram parte da formação dos discentes e nem aparecem de forma considerável⁸⁷. A outra professora é Ismênia de Lima Martins, que tinha uma forte identificação com o marxismo⁸⁸. Martins proporcionalmente ofereceu poucas disciplinas (4) comparadas ao total (51) que tiveram os alunos que escreveram as dissertações que analisamos, mas foi uma orientadora com um peso relativo maior: das 32 dissertações que analisamos, trabalhou com 5, 3 das quais comentadas neste artigo (18m, 30m e 32m), concorrendo assim de alguma forma para a valorização da perspectiva marxista na pós. Entretanto, apesar de Pedro Demo e Ismênia Martins terem sido professores prestigiados no curso, o que se depreende de entrevistas que fizemos com ex-alunos, suas presenças numéricas em ofertas de disciplinas e, no caso de Martins, também de orientações, estão bem longe de formar alguma maioria.

Devemos ter em mente também que o curso de mestrado em história é formado em contexto ditatorial. A universidade foi uma das instituições mais visadas pela repressão a partir de 1964. Em novembro de 1971, quando o curso inicia suas atividades, já são quase 8 anos de perseguições a intelectuais, alunos e funcionários da universidade brasileira. Ainda assim, é no início da década de 1970 que ganha corpo um forte aparato burocrático e repressivo que usa de vários expedientes para afastar e punir pessoas e ideias divergentes. Para o caso da UFF, temos os estudos de Ludmila Pereira⁸⁹ e da ADUFF⁹⁰, que nos mostram que a vigilância, o controle e a repressão atuaram constantemente sobre a administração e a vida intelectual nos campi de Niterói. Nos arquivos dos órgãos de vigilância, ainda que maior parte dos documentos tenha sido destruída, encontramos evidências de vigilância sobre alguns professores do mestrado em História⁹¹. Considerando os ataques aos historiadores do ISEB, da USP e de demais instituições brasileiras, temos nítido que, direta e indiretamente, a ditadura marcou o desenvolvimento historiográfico brasileiro⁹². Além da repressão que sufocava a

87 Entrevista ao autor em março de 2014.

88 Entrevista ao autor em julho de 2017.

89 **Pereira, Ludmila Gama.** *Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)*. Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2016.

90 **ADUFF-SSIND.** *Ditadura e resistências. A rebeldia dos professores da UFF. Do golpe de Estado à Formação da Aduff-SSind*. Niterói, 2016.

91 Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI/UFF.

92 Sobre a repressão a historiadores, em especial os do Rio, ver **Silva, José Luiz Werneck da.** *A deformação da história ou para não esquecer*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985; **Pereira, Ludmila Gama.** *O historiador e o agente da história: os embates políticos travados no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010; e **Sodré, Nelson Werneck.** *História*

produção intelectual, um outro elemento é importante: boa parte dos professores do mestrado eram historiadores norte-americanos, que, muito embora tivessem perfis políticos variáveis, foram formados na onda de incentivo do governo imperialista de seu país, tendo vindo ao Brasil como fruto da parceria para a política universitária entre os dois países – o que incluía como objetivo a influência ideológica anticomunista⁹³. Muito embora, obviamente, caiba uma análise mais pormenorizada para que se aprecie o papel desse conjunto de professores, é evidente que sua forte presença no curso confira certa influência política e científica.

Os anos de constrangimentos ditatoriais ao desenvolvimento do pensamento crítico na universidade brasileira e o perfil majoritário daqueles docentes do mestrado que conduziam uma prática nova na academia fluminense (a da pesquisa histórica) foram o contexto de uma produção historiográfica que, de forma geral, era marcada por poucos expressão política e debate. Entretanto, entre aquelas 32 dissertações, algumas não deixaram de expressar as preocupações e os ideais combativos da perspectiva marxista. Esta, entretanto, só encontraria melhores possibilidades a partir do fim da década de 1970, com a diminuição da repressão e a chegada de novos professores ao curso (alguns dos quais que haviam sofrido perseguição)⁹⁴, e com o embalo das lutas

da História Nova. Petrópolis: Vozes, 1986.

93 **Cunha, Luiz Antônio**. *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp, 2007

94 Sobre o impacto de novos professores no curso a partir de fins da década de 1970, ver Falcon, 2013, op. cit..